

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

**A Formação Intelectual do Profissional do Direito: o desenvolvimento de
habilidades de leitura acadêmica**

Aloisio Szczecinski Filho

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP

Versão de 11.12.2021

1. TEMA, CONTEXTO, QUESTÃO CENTRAL DE PESQUISA

De acordo com a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, os cursos de graduação em Direito devem proporcionar uma formação profissional que fomentem competências cognitivas, instrumentais e interpessoais.

Entre essas competências, o graduando em Direito deve ser capacitado a *demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos* nas mais diversas áreas, tais como *de caráter negocial, processual ou normativo*, conforme previsto em seu artigo 4º, inciso II, sendo que referidas competências contribuem para a interpretação e aplicação das normas do sistema jurídicos, enquanto princípios e regras.

Ocorre que, de acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional¹ (“INAF”), ao analisar as habilidades funcionais no campo do letramento conforme os critérios de: i.) localização²; ii.) integração³; iii.) avaliação⁴; e iv.) elaboração⁵, parâmetros estes utilizados para a distinção dos níveis do alfabetismo funcional, percebe-se uma diminuta parcela com o nível proficiente, qual seja, o percentual de 12% da população brasileira funcionalmente alfabetizada com idade entre 15 e 64 anos.

Por outro lado, apesar de somente 12% da população brasileira possuir o nível proficiente de alfabetização, permitindo-lhe elaborar textos de maior complexidade baseado em elementos de um contexto específico e emitir opinião, o Brasil possui um percentual maior de sua população formada no ensino superior. Este fato demonstra que a maioria dos alunos do primeiro ano chegam ao ensino superior não tem habilidades de leitura acadêmica, especialmente porque a leitura em nível de ensino superior é diferente de leitura escolar presente no ensino médio em decorrência da complexidade dos textos submetidos a leitura.

Com base nos resultados⁶ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (“PNAD/IBGE”), no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com o ensino superior completo representou o percentual de 17,4% em 2019, o que comprova a defasagem entre as pessoas com habilidades funcionais de alfabetismo e capacidade de leitura e o percentual presente no ensino superior.

Além do desenvolvimento da habilidade e competência na leitura ser uma competência exigida nas graduações em Direito, a relevância do tema e sua análise se justificam na medida em que os cursos de Direito, de acordo com o censo da educação superior de 2019 divulgado pelo INEP⁷, representam o maior número de estudantes, com 831.350 alunos matriculados.

¹ Disponível em:

<<https://alfabetismofuncional.org.br/>>, acesso em out/2021.

² Localização: Capacidade de identificar no texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não

³ Integração: Capacidade de comparar, ordenar ou estabelecer outros nexos lógicos entre dois ou mais elementos

⁴ Avaliação: Aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir parecer sobre ela

⁵ Elaboração: Capacidade de elaborar, criar ou recriar textos e resolver problemas com base em elementos textuais

⁶ Disponível em:

<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>, acesso em out/2021.

⁷ INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Pela observação desses indicadores e observando a proporcionalidade entre o número de estudantes matriculados nos cursos de Direito, nota-se que estes parâmetros proporcionam substrato para que se observe se os programas pedagógicos dos cursos de graduação em Direito apresentam disciplinas que concentram orientação para o desenvolvimento das competências de leitura, compreensão e elaboração de textos conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Isto porque, em contraponto, de acordo com uma amostragem prévia realizada⁸, algumas Instituições de Ensino Superior (“IES”) demandam uma leitura rigorosa e a imprescindibilidade de uma boa leitura para o desenvolvimento de determinadas disciplinas.

O desenvolvimento de habilidades e competência na leitura é uma realidade e atribuição que se espera e exige dos profissionais do Direito e que não se limita somente na fase da graduação, pois estará presente no exercício profissional bem como será exigida na pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o que demonstra a aplicabilidade prática e utilidade do objeto central de pesquisa.

Assim, ao questionar e analisar a necessidade de leitura de textos jurídicos e complexos para a formação do profissional do Direito, pode-se ter uma visão mais ampla do Direito na medida em que temos a somatória de distintos pontos de vista sobre um ponto em comum, o que pode ser fomentado pelo desenvolvimento de habilidades de leitura acadêmica, permitindo análises mais críticas e especulativas do contexto social, corroborando para que o cientista jurídico realize indagações com maior grau de profundidade relacionados ao fenômeno analisado.

De fato, o aprofundamento da formação intelectual baseada nas técnicas de leitura almeja fornecer os subsídios indispensáveis aos bacharelados e profissionais do Direito para que elaborem sua opinião social e política com a maior gama de fundamentos e conhecimentos possíveis, ampliando o contexto concepcional ao qual estão inseridos e extraíndo uma maior compreensão da leitura realizada.

A metodologia que será utilizada para a orientação e desenvolvimento do tema observará, primeiramente, o modelo de resolução de problema, partindo da

⁸ A título informativo, confira-se: O Curso de Direito possui em sua organização curricular matérias teóricas e práticas. As matérias teóricas exigem do bacharelado muita leitura, domínio de conceitos, visão crítica, proporcionando ao aluno uma escrita e linguagem forense, sempre com o rigor jurídico que a profissão exige.
(https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/graduacao/cursos/direito/projeto_pedagogico_direit_o_aprovado_conforme_del_do_consun_no_22_2014.pdf)

confrontação das competências exigidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito com os dados do INAF, PNAD/IBGE e INEP para, após um levantamento por amostragem dos programas pedagógicos dos cursos de graduação em Direito, propor um aprimoramento prático com a exposição de técnicas que fomentam o desenvolvimento das habilidades de leitura acadêmica.

Em complemento, também será adotado o método de pesquisa de levantamento exploratório e descritivo, no escopo de identificar e propor práticas para o aprimoramento da leitura acadêmica a partir de artigos técnicos sobre o tema e apresentar uma visão geral aproximativa entre as competências que devem ser capacitadas nos graduandos em Direito. Além disso, no desenvolvimento da pesquisa será observada a pesquisa bibliográfica e documental, ao utilizar as contribuições de diversos autores sobre o tema.

2. QUESITOS, FONTES DE PESQUISA E FORMAS DE ACESSO

Mediante o desenvolvimento da dissertação de Mestrado, tem-se como objetivo determinante e específico demonstrar estratégias, exemplos e recursos destinados a promover o desenvolvimento de habilidades na leitura que contribuam no processo de aprendizado. Com o desenvolvimento do tema, almeja-se demonstrar as habilidades de leitura que podem ser desenvolvidas para cumprir as competências especificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, em especial, a capacitação para *demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos*.

Por conseguinte, a proposta da dissertação de Mestrado tem em vista responder aos seguintes questionamentos iniciais, considerando o suscetível surgimento de novas ponderações e aprimoramento no decorrer do desenvolvimento analítico. Quais sejam:

- 1.) Quais técnicas de leitura podem ser aplicadas para formar a competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, conforme previsto Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito?

- 2.) Em análise ao Programa Pedagógico do Curso de Graduação das instituições de ensino superior em Direito pesquisadas, quais contam com disciplinas específicas para formar a competência na leitura, compreensão e elaboração de textos?
- 3.) Quais os exemplos de atividades de ensino e aprendizagem que podem promover uma abordagem para o aprimoramento da leitura e sua compreensão?
- 4.) Como a prática de leitura no ensino superior pode ser aprimorada?

A partir dos levantamentos realizados e das fontes de pesquisa bibliográfica, partir-se-á do estudo e explanação dos trabalhos que contribuem e fomentam na demonstração de técnicas e habilidades na leitura de textos complexos e, por consequência, que possam ser aplicadas aos estudantes dos cursos de Direito e sejam de relevância no exercício profissional, bem como levantamento e análise de dados.

Após, passaremos à sistematização do material e conseqüentemente do conhecimento, submetendo-o ao orientador para análises críticas e sugestões, bem como uma redação prévia, e, estando a contento, passaremos à redação final, pressupondo a submissão às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”).

3. RELEVÂNCIA PRÁTICA, CARÁTER INOVADOR E POTENCIAL DE IMPACTO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as estratégias e habilidades de leitura que podem ser aplicadas para contribuir no desenvolvimento das competências exigidas e especificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, em especial, a capacitação para *demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos*.

A relevância prática na análise do problema proposto decorre, primeiramente, da própria exigência da formação da competência em leitura dos profissionais do Direito com uma abordagem mais profunda pela utilização de habilidades de leitura acadêmica, bem como está interligada com o aspecto social, considerando que a leitura representa um aspecto fundamental na formação e desenvolvimento pessoal.

Além disso, a relevância prática encontra fundamento no fato de que a leitura é uma das competências estimadas que esteja presente no profissional do Direito, pois está diretamente conectada ao aprendizado e desenvolvimento do conhecimento e raciocínio pois, ao utilizar habilidades cognitivas, tem-se o desenvolvimento da capacidade de analisar, sintetizar, resolver problemas e pensar meta-cognitivamente para aprofundar o conteúdo extraído da leitura.

Não obstante os atributos formados durante o ensino fundamental e médio sejam relevantes para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades durante o ensino superior, de acordo com os índices analisados, a realidade demonstra que uma parcela dos alunos que cursam a graduação não possui a necessária habilidade de leitura acadêmica ao ingressar na graduação e, no âmbito do Direito, essa defasagem prejudica uma das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, que consiste na capacitação da competência em leitura, compreensão e elaboração de textos.

Além disso, uma vez evidenciada essa defasagem na competência em leitura, compreensão e elaboração de textos, conforme indicado que somente 12% da população brasileira possui o nível proficiente de alfabetização, torna-se relevante a abordagem e exposição de práticas de leitura e escrita acadêmicas e como as instituições de ensino superior tratam este tema em seu Programa Pedagógico do Curso.

Nestes termos, procurar-se-á evidenciar que a formação de espírito científico poderá ser edificado por diversos estímulos e revestidos de orientações para que se tenha uma atitude que investigue de forma aprofundada o objeto de análise e, não obstante as metodologias de ensino aplicadas sejam relevantes, há que se pontuar como os estudiosos do Direito realizam o processo de formação de seu conhecimento intelectual por intermédio da leitura com o estímulo constante de atividades para a formação da mentalidade crítica, objetiva e com racionalidade.

4. FAMILIARIDADE COM O OBJETO DA PESQUISA

A familiaridade com o objeto de pesquisa provém do período em que se atuou no corpo docente de Instituição de Ensino Superior, lecionando em cursos de

formação de ensino superior, bem como tendo participado na atividade de leitor crítico (revisor) de material didático elaborado relacionado a: i.) ATPS (Atividade Prática Supervisionada) e ii.) Conteúdo Didático (KLS 2.0) e como integrante do Núcleo Docente Estruturante ("NDE") e participante do processo de aprovação do curso de Direito na Unidade de Ensino Superior no ano de 2018.

Em complemento, a familiaridade com o tema também foi desenvolvida e aprofundada por intermédio do curso *Projeto Ensino Participativo - Teoria e Prática*⁹, disponível na plataforma da FGV Educação Executiva, em pormenor, no módulo 1, com o tema *O método de leitura estrutural*, cursado no ano de 2021, que combina técnicas de leitura e organização conceitual com métodos para compreender o objeto de estudo.

Além disso, a familiaridade com o tema foi complementada pelo contato com a disciplina denominada *Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas: Métodos e aplicações (FLL5146)* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ("FFLCH") da Universidade de São Paulo ("USP"), Departamento de Semiótica e Linguística Geral.

5. BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR

ADLER, Mortmer Jerome. *A arte da leitura: diálogos sobre livros*. São Paulo: É Realizações, 2017.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes. *O ensino do direito*. In (1914). *Revista Direito GV*, v. 2, n. 2, p. 205-224, jul. 2006.

BEKHTA, Natalia. *Reading experimental literature: unreadability, discomfort and reading strategies*. HAX, Arnoldo; OLAVARRIA, Lionel. *Reading today*. UCL Press, 2018.

CARR, Eileen; OGLE, Donna. M. *K-W-L PLUS: A strategy for comprehension and summarization*", *Journal of Reading*, v. 30, n. 7, p. 626-631, 1987.

⁹ Disponível em:

<https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/projeto-ensino-participativo-teoria-e-pratica?gclid=Cj0KCQjw5JSLBhCxARIsAHgO2SdHygAG1aO3Wdrsr4ZKqEgQPdBSH1xlaoOd2bfID0JX7Cs-nQYPkElaAnelEALw_wcB>, acesso em out/2021.

CHAVIGNY, Paul. *Organização do trabalho intelectual: fórmulas práticas destinadas aos estudantes de todas as faculdades e a todos os trabalhadores intelectuais*. Campinas/SP: Kíron, 2020.

CROMLEY, Jennifer G. *Metacognition, cognitive, strategy instruction, and reading in adult literacy*. 2005. Disponível em: <http://www.ncsall.net/fileadmin/resources/ann_rev/rall_v5_ch7_supp.pdf>, acesso em dez/2021.

DOLE JA, DUFFY GG, ROEHLER LR, PEARSON PD. *Moving From the Old to the New: Research on Reading Comprehension Instruction*. Review of Educational Research. 1991;61(2):239-264.

FARIA, José Eduardo. *A reforma no ensino jurídico*. São Paulo: Sergio Antonio Fabris, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23ª ed. - São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

HUNT, R. A. *Reading and Writing for Real: Why it Matters for Learning*. Atlantic Universities' Teaching Showcase, 2004, 137-146.

KLEIMAN, Angela B. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. - 7ª ed. - Campinas, SP: Pontes, 2000.

NIEDWIECKI, Anthony S. *Lawyers and Learning: A Metacognitive Approach to Legal Education*. Golden Gate University School of Law, 2006.

OGLE, Donna. M. *K-L-W: A teaching model that develops active reading of expository text*". The Reading Teacher, v. 39, n. 6, p. 564-570, 1986. p. 231-236.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SACRINI, Marcus. *Leitura e escrita de textos argumentativos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

SÃO VITOR, Hugo de. *A instrução dos principiantes*. Campinas/SP: Kíron, 2020.

SERTILLANGES, Antonin-Dalmace. *A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos*. Campinas/SP: Kíron, 2019.

SILVA, Alexandre Pacheco da Silva; FABIANI, Emerson Ribeiro; FEFERBAUM, Marina (organização). *Transformações no ensino jurídico* [recurso eletrônico]. São Paulo: FGV Direito SP, 2021.

SMITH, Frank. *Leitura significativa*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	2021						2022											
	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisa bibliográfica																		
Revisão bibliográfica																		
Levantamento de dados																		
Cumprimento de créditos																		
Orientação																		
Redação provisória																		
Primeira revisão																		
Redação provisória																		
Segunda revisão																		
Redação final																		
Revisão final																		
Qualificação																		
Depósito e defesa																		

Ademais, é mister destacar que o plano de desenvolvimento acima apresentado poderá ser alterado e adaptado de acordo com determinações e sugestões apresentadas pelo D. Professor Orientador.

Por fim, destaca-se que, no transcorrer e duração do curso de Mestrado Profissional, almeja-se, dentro do plano de desenvolvimento, obter êxito na inscrição em outros programas para cursar disciplinas ou realizar atividades de pesquisa com aderência à linha de pesquisa e, caso possível a concretização, realização de intercâmbio ou cursos em instituições estrangeiras.